O GASTO COM FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT

Ana Paula dos Santos Pereira Coelho (UFPR) – anahpaulla_santos@hotmail.com

Alessandra Biscaia de Andrade (UFPR) – aleeandrade17@gmail.com

Kawany Aparecida Padilha (UFPR) – kawany.padilha@outlook.com

Introdução do Problema

A educação tem como princípio constitucional a garantia da oferta com padrões mínimos de qualidade. O conceito de qualidade consiste em um tema permeado por disputas políticas, sociais e econômicas, entretanto, quando se discute a qualidade educacional, os profissionais da educação aparecem como aspecto fundamental para alcançar tal princípio.

A categoria dos profissionais da educação é composta pelos professores e os funcionários da educação básica, foco neste resumo, que são os que realizam atividades que não estão diretamente relacionadas à docência, como a alimentação escolar, limpeza, segurança e outras. O Fundo de Manutenção e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, é o responsável majoritário na distribuição dos recursos vinculados a educação, determina que ao menos 70% de seu montante seja utilizado para o pagamento dos profissionais da educação (BRASIL, 2020), professores e funcionários da educação básica, entretanto, a realidade demonstra que muitas localidades utilizam acima de 80% dos recursos do fundo para esse fim (PINTO, 2018), especificadamente com o pagamento dos docentes, colocando a categoria dos funcionários em segundo lugar no montante total dos recursos.

Portanto, o objetivo deste resumo consiste em analisar o gasto com funcionários que atuam em instituições educacionais, bem como o vínculo o qual esses trabalhadores são submetidos no município de Cuiabá, tendo em vista que gasto com pessoal representa o maior custo educacional para o setor público e tem ensejado políticas de precarização de trabalho, como a contratação temporária e terceirização. Tem-se como fonte de dados o portal da transparência, especialmente a folha de pagamento do mês outubro de 2022, a partir do qual, será realizado o cálculo do gasto mês dos funcionários da educação básica. O recolhimento destes dados se deu a partir de uma pesquisa sobre o quadro de funcionários, sua composição e suas remunerações em nível nacional.

Desenvolvimento

Os funcionários da educação básica atuam nas instituições escolares colaborando com o desenvolvimento do trabalho pedagógico e, para além de suas atividades funcionais, são profissionais da educação que contribuem diretamente com a oferta de uma educação com condições de qualidade. Todavia, suas funções são pouco reconhecidas e valorizadas nas instituições escolares, além de sofrerem com a invisibilidade nas discussões acadêmicas e políticas, dado que é apenas em 2009, por meio da Lei Nº 14.012 (BRASIL, 2009) resultado de muita luta e pressão social, que os funcionários foram reconhecidos como profissionais da educação.

Dourado (2016) destaca que a valorização dos profissionais da educação, além do reconhecimento legal, abrange a formação, carreira, condições de trabalho e salários. Diferentemente do magistério, os funcionários não possuem piso salarial, e em algumas localidades, a remuneração não atinge um salário-mínimo mensal. A complexidade aumenta com a substituição de trabalhadores concursados por regimes precários, como contratos temporários e terceirizados.

A Lei Complementar Nº 220 de 2010, do município de Cuiabá, estabeleceu a carreira dos profissionais da secretaria municipal de educação, que inclui funções como técnico em Administração Escolar, técnico em Nutrição Escolar, técnico em Manutenção e Infraestrutura, e técnico em Multimeios Didáticos. Este resumo foca nos funcionários da educação básica lotados nas instituições municipais de ensino, abrangendo a educação infantil e o ensino fundamental.

Os cargos têm como exigência mínima de formação, o ensino médio, com carga horária mínima de trinta horas semanais e ingresso via concurso público. Em relação a remuneração, no ano de 2022 o piso para categoria nas quatro funções era de R\$ 1.309,50 para o nível um (início da carreira).

Por meio do portal da transparência do município, analisou-se o quantitativo de vínculos devido a existência de funcionários com mais de um vínculo empregatício bem como se este vínculo se dá por meio de contrato direto ou temporário. Assim, o município de Cuiabá tem 3.287 vínculos profissionais, deste 22% são de contratos temporários. O maior quantitativo de vínculos está no cargo de Técnico em Manutenção e Infraestrutura, que englobam as funções relacionadas limpeza, vigilância, condutor de veículos, assim como atividades auxiliares ao processo de preparação e distribuição de alimentos. Em seguida, está o cargo de Nutrição Escolar, que abarcam essencialmente a organização,

conservação, armazenamento, preparação e distribuição dos alimentos. Os cargos com maior quantitativo de funcionários efetivos, são também aqueles que possuem profissionais com contratos temporários.

TABELA 1 – REMUNERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CUIABÁ, MT, 2022.

Função	Total de Vínculos	Rem. Média (R\$)	Mediana (R\$)	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)	CV %
Técnico em Administração Escolar – efetivo	197	4.2556	2.366	43	12.983	78
Técnico em Multimeios Didáticos - efetivo	108	4.099	3.460	570	9.255	57
Técnico em Manutenção e Infraestrutura - efetivo	1.570	2.867	2.630	142	6.424	38
Técnico em Manutenção e Infraestrutura – temporário	445	1.765	1.744	165	2,777	13
Técnico em nutrição escolar – efetivo	698	2.554	2.629	389	5.812	33
Técnico em nutrição escolar – temporário	269	1.751	1.743	622	2.574	11

FONTE: Elaborado a partir dos dados disponibilizados no portal da transparência referente ao mês de outubro de 2022.

Os trabalhadores temporários ou terceirizados no geral, possuem menor remuneração em relação aos concursados, assim ocorre em Cuiabá, onde o temporário no cargo de técnico em nutrição e manutenção de infraestrutura, possui remuneração menor que o efetivo do mesmo cargo. Os temporários também possuem menor coeficiente de variação, já que as remunerações são em sua maioria fixas, diferente dos efetivos que devido ao plano de carreira, possuem variação na remuneração.

O gasto com funcionários efetivos em Cuiabá no mês de outubro de 2022 foi de R\$ 6.568.181 e de R\$ 2.256.410 com temporários, desse modo, o município teve um gasto total de R\$ 8.824.591 com pagamento de funcionários da educação básica. A contratação crescente de temporários implica na fragilidade da oferta de uma educação de qualidade, que valoriza todos os profissionais que compõe a escola. O Mato Grosso, foi o estado pioneiro na implementação do curso de formação profissional de nível técnico para os funcionários da educação básica e influenciou a elaboração da política de

formação desses trabalhadores em nível nacional, que ocorreu em 2007 por meio do Profuncionário. Antes mesmo de uma discussão nacional em relação a valorização desses trabalhadores, Mato Grosso já tinha essa pauta, e apesar disso, agora encontra-se com funcionários temporários, que não possuem acesso a formação e demais direitos.

Conclusões

Os funcionários da educação básica contribuem diretamente com a melhoria da qualidade da oferta da educacional, entretanto, suas pautas são secundárias nas discussões políticas e acadêmicas. Além disso, encontram-se progressivamente sendo submetidos a regimes precarizados de trabalho, havendo substituição de concursos por contratos temporários e terceirizações, e desse modo, não conseguem acessar demais direitos como formação, planos de carreira e remuneração.

A remuneração é um dos pontos fundamentais para valorização dos trabalhadores, foi possível constatar em Cuiabá, que os temporários possuem menor remuneração em relação aos efetivos, ainda que formem um grupo quantitativamente menor, é importante olhar para essa realidade, uma vez que vem se tornando um modelo geral de contratação.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

CUIABÁ. **Lei complementar nº 220, de 22 de dezembro de 2010**. Secretaria Municipal de educação. 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mt/c/cuiaba/lei-complementar/2010/22/220/lei-complementar-n-220-2010-dispoe-sobre-a-lei-organica-dos-profissionais-da-secretaria-municipal-de-educacao>. Acesso em: 04 jan. 2023.

DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação - Desafios para garantir conquistas da democracia. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 2016. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/649>>. Acesso em: 6 jan. 2024.

PINTO, J.M. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. dossiê. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 846–869, 2018.